

OS LIMITES DO QUESTIONAMENTO FILOSÓFICO PARA COLIN MCGINN

Adan John Gomes da Silva¹

RESUMO:

Colin McGinn é um filósofo inglês que, interessado em explicar por que o questionamento filosófico é tão difícil e árido de respostas, lança uma proposta no mínimo ousada; a de que os problemas da filosofia não são apenas difíceis, mas também impossíveis de se resolver. Partindo de uma investigação metafilosófica que identifica um padrão nas respostas que os filósofos têm dado a esses problemas, e de uma filosofia da mente que defende que os seres humanos são cognitivamente fechados a certos aspectos da realidade, McGinn conclui que os problemas da filosofia, apesar de reais, estão além de nossa competência cognitiva. Este trabalho pretende mostrar o percurso que esse autor trilha até chegar a uma proposta tão singular, ao mesmo tempo em que tenta caracterizar a originalidade de McGinn em relação a outras formas de encarar a filosofia.

Palavras-chave: Metafilosofia. Filosofia da mente. Limites cognitivos.

ABSTRACT:

Colin McGinn is an English philosopher, interested in explaining why the questioning is so hard and arid philosophical answers, throws a proposal at least daring; that the problems of philosophy are not only difficult, but also impossible to solve. Starting from a metaphilosophical investigation that identifies a pattern to the responses that philosophers have given to these problems, and a philosophy of mind which argues that humans are cognitively closed to certain aspects of reality, McGinn concludes that the problems of philosophy, although real, are beyond our cognitive competence. This work aims to show the route that this author trail until you reach a proposal so unique, while attempts to characterize the originality of McGinn in relation to other ways of looking at philosophy.

Keywords: Metaphilosophy. Philosophy of mind. Cognitive limits.

Colin McGinn, um filósofo inglês já bastante conhecido por seus trabalhos em filosofia da linguagem e da mente, inicia suas reflexões sobre a natureza da filosofia com uma descrição no mínimo romântica das razões pelas quais algumas pessoas são levadas a estudá-la. Segundo ele, a natureza particularmente difícil e controversa dessa disciplina é o principal atrativo para aqueles que decidem dedicar-se aos seus problemas. Em outras palavras, para este autor, “a dificuldade da filosofia é parte do seu charme” (MCGINN, 1993, prefácio).

¹ Aluno regular do Mestrado em filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN (E-mail: adanjohnm@yahoo.com.br).

Com efeito, McGinn concorda que deve ser um sonho de todo aspirante a filósofo resolver, ou ao menos ajudar a resolver, alguns dos problemas clássicos que vêm sendo discutidos há séculos pela tradição filosófica. Tomando como exemplo o que acontece nas ciências naturais, onde toda uma geração de jovens cientistas nutre a esperança de resolver algum problema técnico ou teórico que não foi resolvido por seus antecessores, dando assim uma contribuição significativa a sua área de estudo — esperança justificada pelos inúmeros casos em que isso costuma acontecer —, os jovens estudantes de filosofia esperam fazer o mesmo quanto a alguma das inúmeras questões que há muito ocupam os filósofos.

Por que então — continua McGinn — não obstante o enorme interesse e esforço de várias gerações ao longo dos séculos, o livre arbítrio ainda é questão de debate? Por que a existência de Deus ainda é um tema tão controverso? E por que o problema do conhecimento parece tão distante de uma solução quanto parecia quando de sua formulação?

Antes de emitir sua própria opinião sobre o assunto, McGinn identifica algumas linhas de pensamento que tentam responder essas questões recorrendo à própria natureza da filosofia (MCGINN, 2004). Uma delas defende que a filosofia na verdade não passaria de uma enorme confusão linguística, um uso inapropriado da linguagem na formulação de questões que não teriam sentido real. Da mesma forma que perguntas do tipo “qual a altura de ninguém?” ou “por que as ideias verdes dormem furiosamente?”, as questões filosóficas teriam apenas a forma gramatical de uma pergunta, mas, quando destrinchadas com a ajuda de uma análise conceitual rígida, mostrar-se-iam sem sentido.

A filosofia da linguagem empreendida pelo positivismo lógico, com sua peculiar aversão à metafísica, exemplifica bem essa posição. Ao tentar construir uma teoria do significado com vistas a distinguir proposições científicas de pseudocientíficas, esse grupo acusou todo tipo de especulação metafísica de ser desprovida de qualquer sentido, defendendo assim que a única tarefa da filosofia seria a de elucidar a nossa linguagem comum, ideia essa antecipada por Wittgenstein, segundo o qual os filósofos precisariam não de respostas, mas de terapia.

Outra posição que tenta justificar os insucessos da filosofia argumenta que esta é na verdade uma forma de conhecimento ainda em amadurecimento, e que na sua evolução natural deverá encontrar num método científico as respostas para suas questões. Assim, da mesma forma que os questionamentos sobre a natureza empreendidos pelos filósofos antigos converteram-se nas diversas disciplinas que constituem o âmbito da ciência natural — como a física, a química e a biologia — as demais áreas da filosofia seriam aos poucos suplantadas

por disciplinas de cunho científico, até que todas suas questões fossem então resolvidas. O fracasso da filosofia seria assim, segundo essa perspectiva, mero fruto de uma espécie de subdesenvolvimento.

Contudo, apesar de concordar com o caráter árduo e controverso do questionamento filosófico — ponto de partida das duas posições acima — McGinn nega que a razão disso seja uma mera questão de linguagem ou uma imaturidade científica mal interpretada. Em outras palavras, para ele as questões da filosofia são reais e distintas.

A partir desse reconhecimento — junto à recusa dessas questões de serem enquadradas em uma explicação satisfatória — McGinn propõe a seguinte tese: as questões filosóficas clássicas, em especial aquelas que têm sido debatidos por séculos, parecem tão difíceis porque são, em princípio, impossíveis de se resolver. Ao apresentar sua ideia, McGinn a distingue de outras três posições, que juntas reuniriam todas as diversas reflexões acerca da natureza da filosofia. E é dentro desse mapa metafilosófico que a proposta deste autor distingue-se pela sua originalidade.

Nesse sentido, ele começa dizendo que as questões filosóficas são (1) reais (2) naturais (não sobrenaturais) e (3) epistemologicamente inacessíveis. A primeira posição referente a esses três pontos é o *naturalismo imanente*, que concorda com os princípios 1 e 2, mas discorda do 3, por achar que as questões são passíveis de solução. Em outras palavras, segundo essa posição, as questões da filosofia são reais, pertencem ao mundo natural (daí naturalismo) e podem ser resolvidos recorrendo apenas a nossas faculdades cognitivas (daí imanente).

O *não naturalismo imanente*, por sua vez, também defende que as questões da filosofia são reais e passíveis de solução pelo nosso aparato cognitivo. Contudo, como o próprio nome sugere, essa posição nega que tais questões pertençam ao mundo natural, sendo, portanto, sobrenaturais. Um exemplo de tese não natural seria aquela que relega as “verdades do mundo” a um plano superior, tal qual fez Platão quando conjecturou o seu *mundo das ideias*. Isso, somado ao assentimento de que nós seríamos capazes de resolvê-los, implicaria na conclusão de que possuiríamos uma propriedade epistêmica sobrenatural.

Por fim, o *não naturalismo transcendental* concorda tanto com o naturalismo imanente quanto com o não naturalismo imanente ao afirmar que os problemas são reais. Ainda, concorda com esta última posição ao acreditar que tais questões são sobrenaturais. Contudo, diferente de ambas, ela acredita que por tais problemas serem sobrenaturais eles estariam além de nossas capacidades epistêmicas (daí transcendental).

A opção de McGinn, batizada por ele de *naturalismo transcendental*, defende a ideia de que os problemas filosóficos são reais de fato, em oposição ao pensamento que os reduz, por exemplo, a confusões linguísticas. Eles seriam também naturais, ou seja, pertencem ao mundo “conhecido”, por assim dizer. Por fim, a solução dessas questões estaria além de nossas capacidades epistêmicas.

Dentro do naturalismo transcendental reside uma distinção entre dois tipos de questões, distinção que ajuda a evidenciar a imagem que McGinn faz das questões filosóficas: os problemas e os mistérios. Problemas são questões que os seres humanos podem resolver, como as questões da ciência, da matemática, etc. Já os mistérios são aquelas questões que estão além de nossas capacidades cognitivas, pois não são passíveis de solução através de nosso atual aparato cognitivo.

Dado um ser *S*, capaz de resolver um determinado número de questões referentes, digamos, à física básica, McGinn argumenta que essas questões representam apenas problemas para *S*, desde que ele tenha o aparato cognitivo necessário para sua resolução. Por outro lado, para qualquer outro ser desprovido de tal ferramenta, essa questão passa a ser um mistério. Assim, na hipótese de tal condição poder ser retirada, ou mesmo substituída de um ser para o outro, aquele que antes considerava a questão um mistério agora a considera apenas um problema, e vice-versa.

Além da distinção entre problemas e mistérios, esse exemplo ajuda a dar ênfase ao caráter epistemológico da proposta de McGinn. Como salienta o autor, a possibilidade ou impossibilidade de *S* resolver a questão não reflete na condição ontológica desta questão, mas sim na condição epistêmica de *S*. Em outras palavras, o fato de *S* não conseguir responder aquilo que para ele representa um mistério não significa que esse mistério seja ilusório ou inexistente, mas apenas que tal mistério é epistemologicamente inacessível para *S*. Com efeito, segundo McGinn, “[m]áquinas a vapor não se tornam ocultas quando o mundo possível no qual elas existem não tem qualquer criatura com a capacidade mental de entender seu funcionamento” (MCGINN, 1993, p. 4).

Para sustentar sua tese de que não somos capazes de responder a certas questões filosóficas, McGinn necessita de duas coisas, como ele mesmo faz questão de dizer. Primeiramente ele deve fornecer uma teoria da mente que explique seu mecanismo epistêmico, suas capacidades e limitações. Em segundo lugar, ele deve mostrar a estrutura usual dos problemas filosóficos, para somente aí evidenciar a incompatibilidade entre um e outro.

Idealmente, NT [naturalismo transcendental] precisa estar acompanhado por uma elaborada teoria das capacidades cognitivas humanas, a partir do qual seria demonstrável que certas formas de entendimento não são humanamente acessíveis, ou vão contra a textura cognitiva. (MCGINN, 1993, p.18)

Para McGinn, nossa mente recorre a um padrão básico para compreender e resolver qualquer tipo de problema. Segundo tal padrão — chamado pelo autor de hipótese CALM² — nós compreendemos uma coisa quando conhecemos as suas partes constituintes e o modo como elas se articulam, assim como a forma como esse todo muda ao longo do tempo. Para ele “as entidades naturais são basicamente sistemas complexos de partes interagentes que evoluem com o passar do tempo, como influência de várias influências causais” (MCGINN, 2004, p. 227).

Dessa forma, o autor acredita que, assim como o conhecimento da geometria é redutível ao conhecimento das linhas, dos ângulos, dos pontos e de suas relações mútuas, as entidades físicas (complexo de átomos), os corpos orgânicos (complexo de moléculas), e até mesmo a linguagem (complexo de palavras e frases) podem ser efetivamente entendidos com base nesse modelo. Daí ele dizer que “[e]m matemática, a geometria provê a mais óbvia ilustração do formato CALM; de fato, alguém pode pensar a estrutura CALM como o modo geométrico de pensamento transferido para outros domínios. (MCGINN, 1993, pp.19-20)

Tendo isso em mãos, McGinn parte então para a descrição das formas pelas quais as questões da filosofia têm sido abordadas. Segundo ele, existem ao todo quatro tipos de teorias para solução de questões filosóficas, que juntas formam o que ele chamou de modelo DIME.

As teorias *D* são aquelas que consideram o problema em questão muito complexo, e por isso o reduzem primeiro a suas partes mais básicas, para só aí procurar a solução da questão como um todo. Nas palavras de McGinn, “*D* corresponde à ideia de que *C* [a questão filosófica] deve ser domesticada, desmitificada, enfraquecida, rebaixada, dissecada.” (MCGINN, 1993, p. 15). As teorias do tipo *I* negam que a questão possa ser reduzida e apelam para a aceitação do problema como algo irreduzível e inexplicável, um fato bruto, sem possibilidade de conhecimento interno. Teorias do tipo *M* atribuem um caráter místico ou miraculoso à questão, relegando sua solução para um mundo sobrenatural. Fazem isso por recusarem a proposta reducionista de *D* ao mesmo tempo em que recusam o “contentamento

² Combinatorial Atomism with Law-Like Mappings, cuja tradução é, segundo a edição em português do livro de Nicholas Fearn, Atomismo combinatório com mapeamento de tipo legal. (FEARN, 2006, pp. 156-157).

com o não explicável” de *I*. Por último, as teorias do tipo *E* negam sequer a existência do problema em questão, assumindo assim uma atitude de eliminação, expulsão e extrusão (MCGINN, 1993, p. 16).

Para McGinn, todas essas teorias assumem, de uma forma ou de outra, um modelo CALM de resolução, uma vez que todas acreditam que, quando uma questão não pode ser respondida por meio de uma análise de todas suas partes constituintes (o que corresponderia à atitude das teorias do tipo *D*), ela seria classificada como inexplicável, mística ou simplesmente inexistente.

Mas por que então os problemas filosóficos não podem ser resolvidos utilizando essa metodologia? Segundo McGinn, isso se deve ao fato deles serem formulados de uma forma diferente, incompatível com o modelo CALM. Assim, ao tentar utilizar esse método para resolvê-los, tudo a que chegamos é mais perplexidade. O modelo CALM não é capaz de dar conta dessas questões porque ele é um modelo cognitivo adaptado a certa gama de problemas que fizeram parte da evolução humana, e nos quais não estão incluídos os questionamentos filosóficos.

Nesse sentido, McGinn diz ter tomado por base a teoria dos módulos cognitivos da linguagem de Chomsky (CHOMSKY, 1980). Segundo essa teoria, a inteligência humana é na verdade um conjunto de módulos cognitivos, cada um altamente especializado em uma tarefa. Assim, o módulo da linguagem, por exemplo, é o que torna a capacidade de comunicação algo inato nos seres humanos, possibilitando a aprendizagem de qualquer língua por parte de uma criança. No entanto, da mesma forma que esses módulos possibilitam o bom desempenho de determinada tarefa, eles restringem ou mesmo impedem o desempenho de tantas outras. Ao possibilitar a aprendizagem da linguagem humana, tal módulo torna impossível o aprendizado de qualquer outra forma de comunicação que não siga as regras gramaticais que estão na raiz de nossa linguagem.

É essa consequência em especial que vai interessar a McGinn. Segundo ele, é exatamente por sermos extremamente hábeis com as mãos que não somos aptos a voar, assim como não somos capazes de viver embaixo d’água exatamente porque somos muito bem adaptados para respirar fora dela. Estendendo esse conceito, McGinn acredita que nossas capacidades epistêmicas, por serem tão bem adaptadas para resolverem certos tipos de questão, são incapazes de resolver tantas outras, dentre os quais estariam, por exemplo, as questões filosóficas.

Em verdade, a impossibilidade de resolução de algumas questões filosóficas foi aventada por McGinn já no seu artigo *Can we solve the mind-body problem?*³ (MCGINN, 1989), onde ele sugere que, pelas razões expostas acima, não seríamos capazes de resolver o problema mente-corpo, ou seja, nunca conseguiríamos dizer que tipo de relação existe entre os processos físicos que acontecem no interior do nosso cérebro e os estados mentais que eles parecem causar, entre eles a própria consciência. Naquela ocasião, este filósofo argumentou que a razão dessa questão parecer tão difícil de resolver era devida à nossa incapacidade de apreender algum elemento essencial da solução, incapacidade chamada por ele de *fechamento cognitivo* (MCGINN, 1989, p. 350).

Posteriormente esse filósofo veio aplicar as consequências desse conceito a outras questões filosóficas clássicas, dentre as quais estão a da identidade pessoal, do significado, do livre-arbítrio e do conhecimento (MCGINN, 1993). Todas essas questões, por conterem algum elemento que não conseguimos apreender, partilham do que McGinn chama de “salto inexplicável”, ou seja, a existência de uma lacuna explicativa que impossibilita que passemos dos elementos de onde essas questões derivam para sua solução. Em outras palavras, “[a] essência de um problema filosófico é o salto inexplicável, o passo de uma coisa para outra sem qualquer concepção de uma ponte que sustente o passo” (MCGINN, 2004, p. 230).

É bem verdade que McGinn reconhece no seu naturalismo transcendental a ausência de um suporte maior do que o mero fato de não termos conseguido resolver as questões filosóficas a que ele se refere. Com efeito, segundo ele, “o continuado fracasso histórico é sugestivo, mas dificilmente conclusivo” (MCGINN, 2009, p. 5). Não obstante, continua ele, esse fracasso serve no mínimo como um indicativo de que sua ideia deve ser respeitada enquanto possibilidade de abordagem das questões filosóficas, possibilidade que para ele tende a ganhar força à medida que tais questões persistam.

Ele finda sua teoria com uma última reflexão. Uma vez que seja provada a verdade do naturalismo transcendental, o que resta então ao filósofo fazer? Deve ele abandonar suas esperanças de resolver as questões clássicas da filosofia? Deveria ele mudar para uma área com mais chances de progresso? Segundo McGinn, a ideia de ter acabado com a profissão de filósofo está muito longe da realidade, afinal, diz ele, resta ainda muita filosofia a ser feita. Ele aponta como exemplo a criação de alternativas diante de um sistema ortodoxo, algo que sempre tem sido uma contribuição legítima da filosofia, e que não haveria razões para que deixasse de sê-lo. Ainda, a análise da metodologia científica e a análise conceitual, aplicadas a

³ “Podemos resolver o problema mente-corpo?”

várias áreas do conhecimento, continuariam sendo ferramentas originalmente filosóficas, ao lado das reflexões sobre ética e política.

É provavelmente a fim de ressaltar esse ponto que ele, dirigindo-se para aqueles que ainda nutrem admiração pela filosofia, encerra suas reflexões afirmando que “o valor da filosofia não se encontra naquilo que chamamos de conhecimento positivo, como o valor da ciência, mas sim na ampliação da extensão imaginativa da mente e no reconhecimento de que a ignorância faz parte da condição humana.” (MCGINN, 2004, p. 233).

REFERÊNCIAS

CHOMSKY, Noam. *Reflexões sobre a linguagem*. Tradução de Carlos Vogt... (*et al.*). São Paulo: Cultrix, 1980.

FEARN, Nicholas. *Filosofia: novas respostas para antigas questões*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: editora Jorge Zahar, 2007.

MCGINN, Colin. *Problems in Philosophy; the limits of inquiry*. Blackwell Publishers. Cambridge, Massachusetts, USA, 1993.

_____. *A construção de um filósofo; minha trajetória na filosofia do século XX*. Trad. de Luiz Paulo Guanabara. Editora Record, São Paulo, 2004.

_____. “Can we solve the mind-body problem?”. *Mind*. New Series, Volume 98, Issue 391 (Jul., 1989), pp. 349-366.